



VIVARA
BALANÇO ANUAL

. 2022 .

Vivara Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores do
Vivara Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Realização de créditos tributários – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Porque é um PAA?

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R\$ 139.894 mil de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, conforme divulgado na nota explicativa 8.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, (ii) a elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS envolve julgamento por parte da Diretoria da Companhia para determinar e executar ações que permitam utilização dos créditos acumulados, bem como nas projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo considerações sobre regimes tributários especiais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) discussão sobre os critérios e premissas adotados pela Diretoria para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS; ii) análise dos controles e processos implementados pela Diretoria para reduzir o acúmulo dos créditos e a utilização dos mesmos; iii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; iv) avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas; e (v) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Companhia relacionados à avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas anteriormente e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

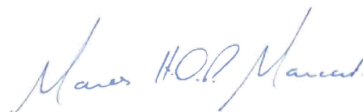
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcos Helvius Olliver Domingues Marcondes
Contador
CRC nº 1 SP 250968/O-3

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021			12/2022	12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	108	5	160.036	325.588	Fornecedores	12.a)	-	-	104.961	88.207
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	155.139	141.707	Fornecedores - Convênio	12.b)	-	-	40.247	69.349
Contas a receber	6	-	-	663.797	531.777	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	116.970	127.176
Partes relacionadas a receber	18	59	62.645	-	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	238	238	92.338	78.046
Estoques	7	-	-	709.712	527.139	Obrigações tributárias	14	9	13.684	111.870	113.758
Impostos a recuperar	8	2.715	11.056	55.870	47.627	Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	19.766	17.141
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		196	79	16.465	8.224	Instrumentos derivativos passivo	15	-	-	672	-
Instrumentos derivativos ativo	15	-	-	-	1.158	Juros sobre capital próprio a pagar	17.b)	2	58.183	2	58.183
Total do ativo circulante		<u>3.078</u>	<u>73.785</u>	<u>1.761.019</u>	<u>1.583.220</u>	Dividendos a pagar	17.b)	85.704	12.709	85.704	12.709
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	67.692	186.405	Arrendamentos direito de uso a pagar	27	-	-	59.546	59.920
Depósitos judiciais	16	-	-	28.213	15.016	Receitas diferidas		-	-	1.010	1.010
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b)	-	-	199.153	112.318	Adiantamentos de clientes		-	-	13.157	1.131
Impostos a recuperar	8	-	-	181.693	156.048	Serviços prestados a pagar		-	-	64.836	27.177
Investimentos	9	1.743.063	1.404.047	-	-	Outras obrigações		728	287	15.176	20.489
Imobilizado	10	-	-	652.164	480.988	Total do passivo circulante		<u>86.681</u>	<u>85.101</u>	<u>726.255</u>	<u>674.296</u>
Intangível	11	-	-	42.240	29.874	NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo não circulante		<u>1.743.063</u>	<u>1.404.047</u>	<u>1.171.155</u>	<u>980.649</u>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	-	-	-	1.266
						Empréstimos e financiamentos	15	-	-	108.186	164.037
						Instrumentos derivativos passivo	15	-	-	1.814	-
						Obrigações tributárias	14	-	-	415	633
						Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	16	-	-	18.254	17.054
						Receitas diferidas		-	-	2.693	3.703
						Arrendamentos direito de uso a pagar	27	-	-	415.097	310.148
						Outras obrigações LP		1.508	-	1.508	1
						Total do passivo não circulante		<u>1.508</u>	<u>-</u>	<u>547.967</u>	<u>496.842</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17.a)	1.105.381	1.105.381	1.105.381	1.105.381
						Reservas de Capital		(53.041)	(53.041)	(53.041)	(53.041)
						Ações em tesouraria	17.b)	(14.694)	-	(14.694)	-
						Opções outorgadas	29	5.238	474	5.238	474
						Reservas de lucros		615.068	339.917	615.068	339.917
						Total do patrimônio líquido		<u>1.657.952</u>	<u>1.392.731</u>	<u>1.657.952</u>	<u>1.392.731</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.746.141</u>	<u>1.477.832</u>	<u>2.932.174</u>	<u>2.563.869</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.746.141</u>	<u>1.477.832</u>	<u>2.932.174</u>	<u>2.563.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	20		-	1.843.735	1.466.387
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21.a)		-	(573.527)	(474.909)
LUCRO BRUTO		-	-	1.270.208	991.478
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	21.b)		-	(657.049)	(502.415)
Despesas gerais e administrativas	21.c)	(13.002)	(13.098)	(235.886)	(185.039)
Resultado de equivalência patrimonial	9	374.833	311.586	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(8)	-	(901)	(9.337)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		361.823	298.488	376.372	294.687
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	556	143	46.581	37.602
Despesas financeiras	25	(1.525)	(121)	(91.919)	(69.112)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		360.854	298.510	331.034	263.177
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19.a)	-	(20)	(57.015)	(9.174)
Diferidos	19.a)	-	-	86.835	44.487
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>360.854</u>	<u>298.490</u>	<u>360.854</u>	<u>298.490</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	27	1,52952	1,26373		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	27	1,52912	1,26365		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	12/2022	12/2021	12/2022	12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	360.854	298.490	360.854	298.490
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>360.854</u>	<u>298.490</u>	<u>360.854</u>	<u>298.490</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.105.381	(53.041)	-	-	119.136	-	1.171.476
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	298.490	298.490
Constituição de reserva legal	17.b)	-	-	-	-	14.924	(14.924)	-
Constituição de reserva estatutária	17.b)	-	-	-	-	205.857	(205.857)	-
Dividendos distribuídos	17.b)	-	-	-	-	-	(12.709)	(12.709)
Juros sobre capital próprio distribuídos	17.b)	-	-	-	-	-	(65.000)	(65.000)
Opções outorgadas	29	-	-	474	-	-	-	474
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.105.381</u>	<u>(53.041)</u>	<u>474</u>	<u>-</u>	<u>339.917</u>	<u>-</u>	<u>1.392.731</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	360.854	360.854
Constituição de reserva legal	17.c)	-	-	-	-	18.043	(18.043)	-
Constituição de reserva estatutária	17.c)	-	-	-	-	257.108	(257.108)	-
Dividendos distribuídos	17.c)	-	-	-	-	-	(85.703)	(85.703)
Ações em tesouraria	17.b)	-	-	-	(14.694)	-	-	(14.694)
Opções outorgadas	29	-	-	4.764	-	-	-	4.764
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>1.105.381</u>	<u>(53.041)</u>	<u>5.238</u>	<u>(14.694)</u>	<u>615.068</u>	<u>-</u>	<u>1.657.952</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		360.854	298.490	360.854	298.490
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	21	-	-	113.940	71.830
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	33.092	17.925
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	27	-	-	44.602	35.690
Descontos obtidos sobre arrendamentos	27	-	-	(4.789)	(5.735)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19	-	20	(29.820)	(35.313)
Provisão para perdas de estoque	7	-	-	45	(1.791)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	16	-	-	6.579	9.704
Perdas esperadas de crédito	6	-	-	(404)	281
Resultado de equivalência patrimonial	9	(374.833)	(311.586)	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	23	-	-	(1.764)	468
Opções outorgadas		4.764	474	4.764	474
Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar		(87)	(141)	(1.072)	(3.178)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(131.616)	(121.796)
Partes relacionadas		(59)	-	-	-
Estoques		-	-	(182.618)	(160.163)
Impostos a recuperar		-	-	(33.510)	15.787
Depósitos judiciais		-	-	(12.504)	(719)
Outros créditos		(118)	(10)	(8.241)	(4.961)
Fornecedores		-	-	(12.348)	104.358
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	32	14.292	22.436
Obrigações tributárias		(5.246)	6.315	(15.456)	50.708
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	2.625	6.774
Parcelamento de tributos		-	-	(225)	(242)
Contingências pagas		-	-	(5.379)	(17.286)
Receitas Diferidas		-	-	(1.010)	4.713
Adiantamentos de clientes		-	-	12.026	1.131
Outras obrigações		1.948	(321)	28.054	15.696
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(12.777)	(6.727)	180.117	305.281
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(43.439)	(38.568)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(30.555)	(13.956)
Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	27	-	-	(42.815)	(32.984)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(12.777)	(6.727)	63.308	219.773
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras	5	-	-	105.281	(103.511)
Juros sobre capital próprio recebidos	9	62.645	40.512	-	-
Dividendos recebidos	9	35.818	7.648	-	-
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(109.006)	(80.704)
Aquisição de intangível	11	-	-	(28.725)	(23.374)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		98.463	48.160	(32.450)	(207.589)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	60.000	120.343
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(120.343)	(231.163)
Liquidação contratos SWAP	15	-	-	(4.604)	18.351
Juros sobre capital próprio pagos	17.c)	(58.181)	(29.169)	(58.181)	(29.169)
Dividendos pagos	17.c)	(12.708)	(12.482)	(12.708)	(12.482)
Ações em tesouraria		(14.694)	-	(14.694)	-
Amortização de arrendamentos direito de uso	27	-	-	(45.880)	(29.795)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(85.583)	(41.651)	(196.410)	(163.915)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		103	(218)	(165.552)	(151.731)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		5	223	325.588	477.319
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		108	5	160.036	325.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20	-	-	2.299.920	1.842.455
Outras receitas	23	-	-	5.470	586
Perdas esperadas de crédito	23	-	-	(404)	281
Receita de construção de ativos próprios		-	-	68.747	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(508.378)	(434.414)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.238)	(3.488)	(382.396)	(288.662)
Insumos utilizados na construção de ativos próprios		-	-	(66.879)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		(4.238)	(3.488)	1.416.080	1.120.246
Depreciação e amortização	10	-	-	(113.941)	(71.830)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(4.238)	(3.488)	1.302.139	1.048.416
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Participação nos lucros de controladas/coligadas	9	374.833	311.586	-	-
Receitas financeiras	24	556	143	46.393	37.602
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		371.151	308.241	1.348.532	1.086.018
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		8.251	2.401	296.894	232.429
Benefícios		-	-	48.697	33.068
FGTS		-	-	23.327	18.478
		8.251	2.401	368.918	283.975
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		2.028	7.348	209.757	164.734
Estaduais		1	-	299.216	255.277
Municipais		11	-	4.915	3.925
		2.040	7.348	513.888	423.936
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros e despesas bancárias	25	6	2	88.181	66.796
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	12.730	9.690
"Royalties"		-	-	3.961	3.131
		6	2	104.872	79.617
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio		85.703	12.709	85.703	12.709
Lucros retidos		275.151	285.781	275.151	285.781
		360.854	298.490	360.854	298.490
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		371.151	308.241	1.348.532	1.086.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) com sede social em São Paulo, é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”) e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”). Os controladores da Companhia são Nelson Kaufman, Márcio Monteiro Kaufman, Marina Kaufman Bueno Netto e Paulo Kruglensky que em conjunto detêm 57,9% das ações.

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeiras “VIVARA” e “LIFE”, a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral. Em 31 de dezembro de 2022, a Tellerina possuía 315 lojas e 21 quiosques (262 lojas e 26 quiosques em 31 de dezembro de 2021) em operação no Brasil.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.3. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, eleita moeda funcional do Grupo e também de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 – impostos a recuperar
- Notas explicativas nº 10 e nº 11 – determinação da vida útil e análise do valor recuperável (“impairment”) do imobilizado e intangível.
- Nota explicativa nº 15 – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.
- Nota explicativa nº 16 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 19.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 27 – Arrendamento de direito de uso.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	% de participação
Tellerina	100
Conipa	100

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- **Critério de reconhecimento de receita**

A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

- **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

- Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

CPC 48/IFRS 9						
Ativos	Nota explicativa	Categoria	Controladora		Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	108	5	160.036	325.588
Contas a receber	6	Custo amortizado	-	-	663.797	531.777
Contas a receber – partes relacionadas	18	Custo amortizado	59	62.645	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	Custo amortizado	-	-	222.831	328.112
Instrumento derivativo - “swap”	15	VJR	-	-	-	1.158
Total ativos financeiros			167	62.650	1.046.664	1.187.635

CPC 48/IFRS 9						
Passivos	Nota explicativa	Categoria	Consolidado			
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	12.a)	Custo amortizado			104.961	88.207
Fornecedores – Convênio	12.b)	Custo Amortizado			40.247	69.349
Empréstimos	15	Custo amortizado			225.156	291.213
Instrumento derivativo - “swap”	15	VJR			2.486	-
Passivo de arrendamentos direito de uso	27	Custo amortizado			474.643	370.068
Total passivos financeiros					847.493	818.837

Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como “swaps” para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de “hedge”.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros “mensurados ao valor justo” e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.

- **Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

- **Títulos e valores mobiliários**

Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores a 90 dias da data da aplicação.

- **Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito**

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

- **Estoques**

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	<u>Vida útil - anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	4 a 10
Direito de uso – cloud	3
Veículos	5
Pontos comerciais	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

- **Intangível**

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário.

Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

- **Investimento**

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

- **Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

- **Direito de uso e Arrendamentos**

Direito de uso locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do Imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso.

Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 27, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado.

- **Provisões**

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

- **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Incentivos fiscais - lucro da exploração

Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Incentivos fiscais – créditos presumidos de ICMS

As controladas Tellerina e Conipa possuem benefício fiscal de crédito presumido do ICMS, que prevê a redução da alíquota do ICMS na tributação das saídas sem o direito de crédito nas entradas, nos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro. O benefício é para reinvestimento nos referidos Estados e é registrado como Receita de Subvenção. Os valores relativos aos incentivos são destinados a reserva no Patrimônio Líquido e não podem ser distribuídos como lucro para a Companhia.

- **Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

- **Segmentos operacionais**

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	7.365	5.806
Bancos conta movimento	108	5	2.938	4.179
Aplicações financeiras (a)	-	-	149.733	315.603
Total	108	5	160.036	325.588

(a) As aplicações financeiras são compostas pelas modalidades descritas no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2022	Taxa média ponderada do CDI	31/12/2021	Taxa média ponderada do CDI
CDB	137.294	103,1%	301.095	92,8%
Operação Compromissada	-	-	11.284	80%
Aplicações automáticas	12.439	10%	3.224	10%
Total	149.733		315.603	

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro a seguir:

	Rentabilidade	31/12/2022	Rentabilidade	31/12/2021
Fundos de investimentos (a)	Variável	-	Variável	79.789
Letras financeiras (b)	62% do CDI	222.831	86% do CDI	248.323
Total		222.831		328.112
Ativo circulante		155.139		141.707
Ativo não circulante		67.692		186.405
Total		222.831		328.112

- a) os fundos de investimentos foram resgatados até abril de 2022 e tiveram rentabilidade média ponderada de 0,81% a.m. entre janeiro e abril de 2022. (0,73% a.m. em 31 de dezembro de 2021).
- b) as letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto *rating* de avaliação, com prazo mínimo de 2 anos, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos de longo prazo com características semelhantes ao CDB.

A Companhia ofereceu como garantia em empréstimos com instituições financeiras, com prazos de vencimentos até 2024, o montante de R\$500 dos recebíveis de cartão e R\$30.000 das aplicações em letras financeiras de longo prazo.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Operadoras de cartões	657.646	527.056
Cheques a compensar	1.527	1.607
Boletos	5.738	3.823
Subtotal	664.911	532.486
Provisão para perdas esperadas de crédito	(1.114)	(709)
Total	663.797	531.777

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	<u>Consolidado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2021
Vencidos:	2.488	1.281
A vencer	662.423	531.205
Total	<u>664.911</u>	<u>532.486</u>

Os saldos a vencer são compostos substancialmente pelas vendas parceladas recebidas por cartão de crédito, em até 10 parcelas, sem cobrança de encargos financeiros.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2021
Saldo no início do período	(709)	(991)
Complementos	(813)	(56)
Reversões	408	338
Saldo no fim do período	<u>(1.114)</u>	<u>(709)</u>

7. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2021
Produtos acabados	479.467	332.692
Matérias-primas	182.787	170.655
Material de consumo e embalagens	22.947	8.860
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	29.521	19.311
Provisão para perdas	(5.010)	(4.379)
Total	<u>709.712</u>	<u>527.139</u>

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. O reconhecimento dessas provisões é realizado pelo valor do custo médio ponderado em estoque na data do balanço.

São considerados como de giro lento os produtos com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a doze meses.

As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras).

A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2021
Saldo no início do período	(4.379)	(6.171)
Complementos	(1.919)	(2.058)
Reversões	1.874	3.850
Saldo no fim do período	<u>(4.424)</u>	<u>(4.379)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	2.715	11.056	68.549	70.112
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	-	-	23.184	22.636
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	139.894	108.227
Imposto sobre Produto Industrializado – IPI	-	-	5.893	-
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	-	-	-	2.700
Outros Impostos a Recuperar	-	-	43	-
Total	2.715	11.056	237.563	203.675
Ativo circulante	2.715	11.056	55.870	47.627
Ativo não circulante	-	-	181.693	156.048
Total	2.715	11.056	237.563	203.675

(a) IRPJ e CSLL

Saldo credor

A Companhia apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2021 e 2022.

A Conipa, em função do benefício fiscal do Lucro de exploração, apresentou saldo credor de IRPJ entre as estimativas pagas e o saldo devedor na apuração dos exercícios de 2022 e 2021, no montante de R\$20.333 (R\$13.858 em 31 de dezembro de 2021).

A Tellerina apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL nos exercícios de 2019 e 2020 no montante de R\$7.182 (R\$13.902 em 31 de dezembro de 2021).

Créditos de Subvenção

Nos exercícios de 2014 e 2015 a Tellerina apurou créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$36.848 (R\$36.848 em 31 de dezembro de 2021), originados através da exclusão da sua base de cálculo dos incentivos de subvenção para investimento, conforme artigo 30 da Lei 12.973/2014. Tais créditos foram compensados com outros tributos federais e as compensações foram indeferidas pela Receita Federal e em 2019 e 2020 a Companhia ingressou com processos administrativos de manifestação de inconformidade. Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras os processos estão em andamento e a avaliação do risco de perda é remoto conforme os prognósticos dos assessores Jurídicos da Companhia.

Direito ao crédito inconstitucionalidade da tributação sobre correção Selic

Em 25 de agosto de 2020, a Tellerina impetrou o Mandado de Segurança 1020648-21.2020.4.01.3200 perante a 1ª Vara Federal de Manaus, para o fim de obter o reconhecimento do seu direito de não oferecer à tributação pelo IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa Selic recebida em seus débitos tributários, bem como do direito à compensação de todos os valores pagos a maior dentro do período de 5 anos contados retroativamente à distribuição da sua demanda.

Em 27 de setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em sede repercussão geral ao julgar o recurso extraordinário 1.063.187, a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do IRPJ e CSLL da correção monetária Selic sobre os créditos recebidos pelos contribuintes na repetição de indébitos tributários.

Com base na decisão proferida pela Suprema Corte e de acordo com termos do ICPC 22/IFRIC 23 que trata das incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro, a Companhia decidiu reconhecer o montante de R\$19.939 de créditos de IRPJ e CSLL incidentes sobre as correções monetárias Selic sobre seus indébitos tributários.

A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	11.056	-	28.669
2023	1.084	-	28.603	27.231
2024	1.631	-	1.627	36.848
2025	-	-	61.503	-
Total	2.715	11.056	91.733	92.748

(b) ICMS

b1) Saldo credor na Tellerina

Os valores a recuperar de créditos de ICMS, registrados no ativo não circulante, são gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de lojas Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco e Alagoas. As novas lojas e lojas em maturação também apresentam saldos credores no início da operação em função do abastecimento inicial dos estoques e estão classificados no ativo circulante.

Em Pernambuco, para o saldo credor, de R\$44.895 (R\$45.878 em 31 de dezembro de 2021) foi concedido a Companhia o estímulo previsto na lei nº 11.675 de 11 de outubro de 1999 que dispõem sobre o PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). As empresas contempladas com este benefício têm afastada a antecipação tributária na aquisição de mercadorias de outra unidade da federação, além do crédito presumido de ICMS no percentual de 3% respeitadas as regras de apuração e não sujeição à cobrança do ICMS mínimo. A Companhia implantou um centro de distribuição no referido Estado, em linha com os objetivos de atender de forma mais eficiente seus clientes e recolherá a taxa de administração de 2% sobre o total de benefício utilizado. O prazo de fruição encerra-se em 31 de dezembro de 2032.

b2) Saldo credor Conipa São Paulo

A operação de aquisição de matéria-prima pela filial em São Paulo da Conipa tem acumulado saldo credor de ICMS no montante de R\$70.537 (R\$46.359 em 31 de dezembro de 2021). Em junho de 2021, juntamente com assessores jurídicos, a Companhia iniciou processo junto ao Estado através do e-CredAc, instituído pela portaria CAT 26/2010. O processo de habilitação do crédito é composto por algumas etapas de validação e fiscalização e o andamento atual indica que estamos nas etapas finais de análise do processo na Delegacia Regional Tributária da Capital. Após a homologação da Secretaria da Fazenda estes créditos poderão ser repassados para a Tellerina para compensação junto ao saldo devedor no estado de São Paulo.

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
2022	-	36.863
2023	19.704	30.798
2024	28.171	7.657
2025	27.720	32.909
2026	34.809	-
2027	29.490	-
Total	<u>139.894</u>	<u>108.227</u>

9. INVESTIMENTO

	31/12/2022		31/12/2021	
	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Tellerina	443.254	28.617	508.422	52.037
Conipa	1.299.809	346.216	895.625	259.549
Total controladas diretas	<u>1.743.063</u>	<u>374.833</u>	<u>1.404.047</u>	<u>311.586</u>

a) Investimentos em controladas

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	1.404.047	1.173.809
Resultado de equivalência patrimonial	374.833	311.586
Juros sobre capital próprio a receber	-	(73.700)
Dividendos recebidos	(35.818)	(7.648)
Saldo no fim do período	<u>1.743.063</u>	<u>1.404.047</u>

Ao longo do ano de 2022 a Companhia recebeu antecipadamente dividendos distribuídos pela controlada Conipa no montante de R\$35.818 para suprir o fluxo de caixa de suas obrigações.

A Companhia recebeu, em maio de 2022, de suas controladas, o montante bruto de R\$73.700 (R\$62.645 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2021.

b) Reserva de incentivo fiscal

As controladas constituíram reservas para incentivos fiscais:

- Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024.
- De subvenção para investimento, referente a incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus (com vigência renovada até 31 de dezembro de 2032), Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pará.

A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado			31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	
Incentivos ICMS	238.542	198.657	-	437.199
Incentivo Lucro da Exploração	83.971	73.993	-	157.964
Total	322.513	272.650	-	595.163

Conforme legislação tributária vigente os montantes destinados a estas reservas oriundos de benefícios fiscais de subvenção de reinvestimentos, nas controladas, não podem ser distribuídos a título de lucros e dividendos à Controladora.

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	146.847	(81.154)	65.692	51.744
Móveis e utensílios	10	61.913	(23.504)	38.409	25.496
Máquinas, equipamentos e instalações	10	45.661	(12.818)	32.843	23.501
Veículos	20	132	(86)	46	88
Equipamentos de Informática	20	19.657	(9.963)	9.694	8.827
Terrenos	-	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso	10 a 25	622.960	(173.829)	449.131	346.881
Ativo de direitos de uso – cloud	3	12.379	(7.125)	5.254	-
Adiantamento a fornecedores e imobilizados em andamento (a)	-	50.745	-	50.745	24.101
Total		960.644	(308.480)	652.164	480.988

- (a) Refere-se ao custo das obras em novos pontos de venda, novas instalações da Fábrica em Manaus, e as reformas significativas nos já existentes, que posteriormente são transferidos para a linha de benfeitorias em imóveis de terceiros com a inauguração ou reabertura desses pontos de venda.

A Companhia definiu como unidade geradora de caixa suas controladas Tellerina e Conipa. Mensalmente acompanha os resultados operacionais e os fluxos de caixa positivos de suas controladas e considerando a perspectiva de crescimento de suas operações concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas (b)	Transferências	
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	92.237	3.530	(1.234)	19.424	113.957
Móveis e utensílios	36.889	7.185	(206)	40	43.908
Máquinas, equipamentos e instalações	20.919	10.850	(70)	886	32.585
Veículos	676	30	(365)	-	341
Equipamentos de informática	12.101	3.338	(24)	324	15.739
Terrenos	350	-	-	-	350
Ativo de Direito de uso (a)	320.442	130.159	(1.098)	12.680	462.183
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento	1.728	55.773	(46)	(33.354)	24.101
	<u>485.342</u>	<u>210.865</u>	<u>(3.043)</u>	<u>-</u>	<u>693.164</u>
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(50.667)	(12.302)	756	-	(62.213)
Móveis e utensílios	(14.620)	(3.849)	57	-	(18.412)
Máquinas, equipamentos e instalações	(6.798)	(2.334)	47	-	(9.084)
Veículos	(591)	(28)	366	-	(253)
Equipamentos de informática	(4.514)	(2.407)	9	-	(6.912)
Ativo de direitos de uso	(67.246)	(48.430)	374	-	(115.302)
	<u>(144.435)</u>	<u>(69.350)</u>	<u>1.609</u>	<u>-</u>	<u>(212.176)</u>
Total	<u>340.907</u>	<u>141.515</u>	<u>(1.434)</u>	<u>-</u>	<u>480.988</u>

	Consolidado				31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas (b)	Transferências	
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	113.957	7.804	(37)	25.123	146.847
Móveis e utensílios	43.908	10.614	(56)	7.447	61.913
Máquinas, equipamentos e instalações	32.585	10.550	(32)	2.558	45.661
Veículos	341	25	(234)	-	132
Equipamentos de informática	15.739	3.679	(3)	242	19.657
Terrenos	350	-	-	-	350
Ativo de Direito de uso (a)	462.183	186.855	(36.498)	10.420	622.960
Ativo de Direito de uso – cloud (c)	-	253	-	12.126	12.379
Adiantamento a fornecedores e imobilizados em andamento	24.101	72.524	(90)	(45.790)	50.745
	<u>693.164</u>	<u>292.304</u>	<u>(36.950)</u>	<u>12.126</u>	<u>960.644</u>
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(62.213)	(18.950)	8	-	(81.155)
Móveis e utensílios	(18.412)	(5.135)	43	-	(23.504)
Máquinas, equipamentos e instalações	(9.084)	(3.742)	8	-	(12.818)
Veículos	(253)	(30)	197	-	(86)
Equipamentos de informática	(6.912)	(3.051)	-	-	(9.963)
Ativo de direitos de uso	(115.302)	(72.627)	14.100	-	(173.829)
Ativo de direitos de uso – cloud	-	(7.125)	-	-	(7.125)
	<u>(212.176)</u>	<u>(110.660)</u>	<u>14.356</u>	<u>-</u>	<u>(308.480)</u>
Total	<u>480.988</u>	<u>181.644</u>	<u>(22.594)</u>	<u>12.126</u>	<u>652.164</u>

- (a) As adições no montante R\$186.855 no período referente ao ativo de direito de uso se referem a novos contratos e remensuração dos contratos em função do período de reajuste contratual e não representam efeito no caixa no momento de sua adição ao imobilizado.
- (b) As baixas do exercício são compostas por itens de pontos de vendas encerrados ou quiosques convertidos em lojas físicas que foram descartados. A baixa na rubrica Ativos de direitos de uso se refere aos contratos de locação encerrados no período.
- (c) Transferência do intangível dos valores de contrato classificado como arrendamento direito de uso de sistemas cloud reconhecido no 4º trimestre de 2021 como sistemas de informática.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Custo:				
Pontos comerciais	30.545	620	(30)	31.135
Sistemas de informática em implantação	2.806	9.070	-	11.876
Sistema de informática	20.639	13.684	-	34.323
	<u>53.990</u>	<u>23.374</u>	<u>(30)</u>	<u>77.334</u>
Amortização:				
Pontos comerciais	(30.463)	(134)	30	(30.567)
Sistema de informática	(14.546)	(2.347)	-	(16.893)
	<u>(45.009)</u>	<u>(2.481)</u>	<u>30</u>	<u>(47.460)</u>
Total	<u>8.981</u>	<u>20.893</u>	<u>-</u>	<u>29.874</u>

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências (a)	31/12/2022
Custo:					
Pontos comerciais	31.135	1.090	-	-	32.225
Sistemas de informática em implantação	10.319	19.322	(953)	(26.649)	2.039
Sistema de informática	35.880	83.13	-	14.218	58.411
Outros Intangíveis	-	-	-	305	305
	<u>77.334</u>	<u>28.725</u>	<u>(953)</u>	<u>(12.126)</u>	<u>92.980</u>
Amortização:					
Pontos comerciais	(30.567)	(330)	-	-	(30.897)
Sistema de informática	(16.893)	(2.894)	-	-	(19.787)
Outros intangíveis	-	(56)	-	-	(56)
	<u>(47.460)</u>	<u>(3.280)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50.740)</u>
Total	<u>29.874</u>	<u>25.445</u>	<u>(953)</u>	<u>(12.126)</u>	<u>42.240</u>

- (a) Transferência para ativo de direito de uso dos valores de contrato reconhecido no 4º trimestre de 2021 como sistemas de informática.

13. FORNECEDORES

a) Fornecedores

O saldo é constituído por compras de matéria-prima, insumos, embalagens, mercadorias para revenda e serviços de terceiros com prazo médio de pagamento de 90 dias.

Fornecedores	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Nacionais	57.018	52.561
Estrangeiros	47.943	35.646
Total	104.961	88.207

b) Fornecedores Convênio

As controladas da Companhia mantêm convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.

A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados.

O custo financeiro da antecipação do recebível, de responsabilidade dos nossos fornecedores, tem taxa média ponderada de 1,13% ao mês. E o prazo médio de vencimento dos títulos antecipados é de 90 dias.

Adicionalmente, não há exposição significativa a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e possuem cláusulas restritivas comuns de mercado, (financeiras ou não financeiras) relacionadas, as quais a Companhia estava adimplente em 31 de dezembro de 2022.

Referidos saldos são classificados como “Fornecedores - convênio” e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar correlacionado a estas operações é de R\$40.247 (R\$69.349 em 31 de dezembro de 2021).

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	-	-	30.616	23.526
Salários	122	121	21.349	17.689
PLR e Bônus (a)	-	-	17.375	19.032
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	-	-	3.216	2.790
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	36	37	10.787	9.134
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	80	80	8.366	6.943
Outras	-	-	629	198
Total	238	238	92.338	79.312
Passivo circulante	238	238	92.338	78.046
Passivo não circulante	-	-	-	1.266
	238	238	92.338	79.312

- (a) Inclui valores de bônus e premiações relacionadas à Oferta Pública de Ações no montante de R\$1.265 (R\$3.891 em dezembro de 2021), que serão pagos em parcelas anuais até setembro de 2023.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	-	-	36.579	41.265
IPI (a)	-	-	25.165	20.103
PIS e COFINS	1	6.817	21.420	25.543
IRPJ e CSLL	-	-	23.702	5.354
IRRF s/Juros sobre o capital próprio	-	6.817	-	17.872
Parcelamentos de impostos	-	-	675	900
Outras	8	50	4.744	3.354
Total	9	13.684	112.285	114.391
Passivo circulante	9	13.684	111.870	113.758
Passivo não circulante	-	-	415	633
	9	13.684	112.285	114.391

(a) IPI

A controlada Tellerina deixou de recolher o IPI apurado mensalmente desde a competência de julho de 2014 devido a liminar obtida com essa finalidade no tocante à incidência no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno, ante a equiparação do importador ao industrial, quando o primeiro não o beneficia no campo industrial. O montante em questão está atualizado monetariamente considerando a SELIC.

Em setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou, a constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no desembaraço aduaneiro de produto industrializado e também na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

Em 15 de março de 2023 foi publicada no Diário Oficial a revogação da tutela recursal denegando o mandado de segurança que concedia a suspensão do recolhimento do IPI. Diante disso, a Companhia fará o depósito judicial dos valores devidos no prazo de 30 dias e passará a efetuar o recolhimento mensal do referido imposto.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos saldos

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado	Consolidado
			31/12/2022	31/12/2021
Em moeda local				
Banco Safra - Capital de giro	CDI + 2,20% a.a.	01/2023	2.512	12.544
Banco Safra - Capital de giro	CDI + 1,55% a.a.	12/2024	20.091	21.115
Banco Santander - Capital de giro	CDI + 2,46% a.a.	09/2022	-	41.058
Banco Itaú BBA S.A - Capital de giro	CDI + 2,55% a.a.	10/2023	62.294	61.489
Banco Itaú BBA S.A - Capital de giro	CDI + 1,55% a.a.	09/2024	41.672	53.126
Banco Bradesco - Capital de giro	CDI + 1,33% a.a.	12/2023	50.253	50.203
Total de empréstimos em moeda local			176.822	239.535
Em moeda estrangeira				
Banco Santander - Resolução 4131	Var. Cambial + 2,35% a.a.	02/2024	48.334	51.678
Total empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira			48.334	51.678
Total de empréstimos e financiamentos			225.156	291.213
Instrumentos derivativos - contratos de "swap"				
Banco Santander (Brasil) – Derivativo passivo	Var. Cambial + 2,35% a.a.	02/2024	2.486	-
Banco Santander (Brasil) - Derivativo ativo	Var. Cambial + 2,35% a.a.	02/2024	-	(1.158)
Total de Instrumentos derivativos ativo contratos de "swap"			2.486	(1.158)
Total de empréstimos e financiamentos, líquido de derivativos			227.642	290.055
Ativo circulante			-	(1.158)
Passivo circulante			117.642	127.176
Passivo não circulante			110.000	164.037
Total			227.642	290.055

Os contratos acima citados com vencimento previsto até a data da emissão dessas demonstrações financeiras foram liquidados no prazo.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo no início do período	290.054	378.554
Captações	60.000	120.343
Amortizações de principal	(120.343)	(231.163)
Liquidação contratos derivativos “swap”	(4.604)	18.351
Pagamento de juros	(30.555)	(13.956)
Fluxo de caixa de financiamento	(95.502)	(106.425)
Juros incorridos	28.208	16.874
Encargos financeiros de “swap” incorridos	8.252	(7.742)
Variação cambial	(3.368)	8.793
Variações que não envolvem caixa	33.092	17.925
Saldo no fim do período	<u>227.642</u>	<u>290.054</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes líquidos classificados no ativo e no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
De 1 a 2 anos	90.000	112.500
De 2 a 3 anos	20.000	51.537
Total	<u>110.000</u>	<u>164.037</u>

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas (“covenant”), porém existem cláusulas de liquidação antecipada caso a emitente sofra protesto de títulos com valor superior a R\$10.000. Existem contratos de empréstimos com vencimento até dezembro de 2024, que possuem garantias atreladas a recebíveis de cartões de crédito e aplicações financeiras de longo prazo no montante de R\$30.500.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Provisão				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.697	8.686	5.671	17.054
Adições	3.342	2.633	14.374	20.349
Pagamentos	(885)	(2.055)	(2.439)	(5.379)
Reversões	(2.345)	(2.467)	(8.958)	(13.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.809</u>	<u>6.797</u>	<u>8.648</u>	<u>18.254</u>

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	907	14.094	15.016
Adições	1.112	37	13.433	14.582
Atualização monetária	-	127	1.814	1.941
Resgates	(1.127)	(244)	(1.955)	(3.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	827	27.386	28.213

(a) Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação.

(b) Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, conforme orientação de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para riscos relacionados a eventual questionamento de utilização de créditos de PIS e COFINS em suas controladas. Durante o exercício de 2021, a controlada Tellerina, que faz parte do programa de acompanhamento econômico-tributário diferenciado, foi intimada a prestar esclarecimentos sobre o tema. Para as rubricas com decisões judiciais desfavoráveis, considerando a recomendação de nossos consultores jurídicos e o benefício da autoregularização, sem perda da espontaneidade, a Companhia optou pelo recolhimento dos tributos.

Adicionalmente, a Companhia optou pela desistência de discussões judiciais de processos relativos ao ICMS no Estado de Santa Catarina para aderir ao PREFIS – Programa Catarinense de Recuperação Fiscal - e assim obteve relevante redução de multas e juros.

Em agosto de 2020 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) legitimou, através do processo RE nº 1.072.485/PR, a incidência de INSS sobre o valor de 1/3 de férias, em decisão contrária a decisão de 26 de fevereiro de 2014 onde o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) havia se manifestado em favor do contribuinte sob o argumento de que “a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/ compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária”.

A Tellerina e Conipa possuem liminar vigente que afasta o recolhimento da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Diante do exposto na decisão do STF citada anteriormente, a Administração avaliou o tema com o suporte de seus assessores jurídicos e concluiu que o risco é provável e constituiu a provisão.

Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	<u>Consolidado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2021
Cíveis	9.133	9.411
Riscos tributários (*)	123.319	113.003
Total	<u>132.452</u>	<u>122.414</u>

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é distribuído da seguinte forma:

<u>Vivara Participações</u>	<u>Ações</u> <u>ordinárias</u>
Acionistas controladores	135.594.298
Ações em tesouraria	607.612
Ações em circulação	99.995.859
Total	<u>236.197.769</u>

b) Ações em tesouraria

Em 14 de fevereiro de 2022 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o plano de Recompra de Ações da Companhia, cujo objetivo é incrementar a geração de valor para seus acionistas por meio da aplicação de recursos disponíveis na aquisição das ações em bolsa de valores, a preços de mercado ou sua destinação a participantes no âmbito de planos de incentivos baseados em ações da Companhia, sem redução do capital social, respeitando o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., na ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis. A Companhia poderá adquirir até 5% das ações em circulação, correspondente a 4.972.342 ações ordinárias. O Plano de Recompra terá duração de 12 meses a partir de 15 de fevereiro de 2022.

A Companhia recomprou 607.612 ações para manter em tesouraria, conforme demonstrado a seguir:

	Data	Quantidade de ações	Consolidado	
			Valores de compra (em R\$)	Preço médio por ação
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Recompra de ações para tesouraria	28/03/2022	100	2.658	26,58
Recompra de ações para tesouraria	29/03/2022	68.500	1.904.971	27,81
Recompra de ações para tesouraria	01/04/2022	68.000	1.911.624	28,11
Recompra de ações para tesouraria	08/04/2022	69.212	1.875.499	27,10
Recompra de ações para tesouraria	13/05/2022	25.300	635.091	25,10
Recompra de ações para tesouraria	27/05/2022	55.000	1.395.723	25,38
Recompra de ações para tesouraria	03/06/2022	47.300	1.133.734	23,97
Recompra de ações para tesouraria	10/06/2022	85.000	1.871.524	22,02
Recompra de ações para tesouraria	15/07/2022	95.000	1.960.253	20,63
Recompra de ações para tesouraria	22/07/2022	94.200	2.002.864	21,26
Saldos em 31 de dezembro de 2022		607.612	14.693.941	24,18

c) Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).
- Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia pagou aos acionistas em maio de 2022 o montante líquido de R\$58.181 referente distribuição de Juros sobre o Capital Próprio e o montante de R\$12.708 referente distribuição de dividendos, ambos sobre os resultados auferidos em 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 a Reserva Legal é no montante de R\$49.245 (R\$24.902 em 31 de dezembro de 2021).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado é de R\$85.703.

	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do período	360.854
Absorção de prejuízos de períodos anteriores	-
Base de cálculo para Reserva Legal	360.854
Reserva Legal (5%)	(18.043)
Base de cálculo para dividendos	342.811
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	85.703

19. PARTES RELACIONADAS

Saldos	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo</u>		
Tellerina		19.805
Conipa	59	42.840
Total	<u>59</u>	<u>62.645</u>
<u>Circulante</u>	59	62.645
Total	<u>59</u>	<u>62.645</u>

A Vivara Participações apresenta saldos a receber de suas controladas referente a reembolso de despesas e em 2021 referente distribuição de Juros sobre Capital Próprio.

As operações com a coligada indireta, Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. são decorrentes da sublocação de imóvel na cidade de São Paulo que abrigava parte de atividades administrativas e de logística da Companhia. Esse contrato de locação estava alocado em arrendamentos de direito de uso conforme nota explicativa nº 27 e foi baixado em dezembro de 2022 após a entrega do imóvel. O montante total do arrendamento no exercício de 2022 foi de R\$1.011 (R\$802 em 2021).

As controladas Conipa e Tellerina realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as operações entre Conipa e Tellerina foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

Os montantes das operações entre as empresas do Grupo Vivara estão demonstrados no quadro a seguir:

Saldos	31/12/2022		31/12/2021	
	TELLERINA	CONIPA	TELLERINA	CONIPA
<u>Operação</u>				
Vendas (Compras) de Mercadorias	(1.464.622)	1.464.622	(1.118.313)	1.118.313
Vendas (Compras) de Matérias-primas	16.079	(16.079)	42.000	(42.000)
Direitos autorais	231.438	(231.438)	169.439	(169.439)
Despesas administrativas com Centro de Serviços Compartilhado	5.653	(5.653)	4.830	(4.830)
Total	<u>(1.211.452)</u>	<u>1.211.452</u>	<u>(902.044)</u>	<u>902.044</u>

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em até R\$17.727 (R\$11.938 para exercício de 2021). Conforme demonstrado no quadro a seguir, no exercício de 2022 houve um excesso de 0,66% nos montantes pagos em relação ao aprovado, que será retificado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2023.

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	1.980	878	2.858	1.780	-	1.780
Diretores estatutários	5.996	8.991	14.987	3.612	201	3.813
Total	<u>7.976</u>	<u>9.869</u>	<u>17.845</u>	<u>5.392</u>	<u>201</u>	<u>5.593</u>

São demonstrados a seguir os valores provisionados e pagos aos Diretores estatutários das subsidiárias e aos Diretores executivos:

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Diretores executivos	8.177	7.575	15.751	5.482	603	6.085
Total	8.177	7.575	15.751	5.482	603	6.085

No exercício de 2022 a Companhia passou a reportar Aremuneração baseada em ações totaliza o montante de R\$ 4.764 (R\$474 em 31 de dezembro de 2021) vide nota explicativa n° 30.detalhes na nota explicativa n.º 30.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	360.854	298.510	331.035	263.177
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(122.691)	(101.493)	(112.552)	(89.480)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, para os quais não foram registrados os impostos diferidos correspondentes	(4.752)	(1.488)	(4.752)	(1.488)
Diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	127.443	105.939	-	-
Outras diferenças permanentes	-	(20)	(1.996)	(4.175)
Recuperação IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-	7.583	-
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	22.100	-	22.100
Juros sobre o capital próprio a receber	-	(25.058)	-	-
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	-	73.993	44.662
Incentivo fiscal - crédito presumido ICMS	-	-	67.544	44.698
Crédito tributário inconstitucionalidade Selic	-	-	-	18.996
Total	-	(20)	29.820	35.313
Correntes	-	(20)	(57.015)	(9.174)
Diferidos	-	-	86.835	44.487
Total	-	(20)	29.820	35.313

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
	<u>Base IRPJ</u>	<u>Base CSLL</u>	<u>Base IRPJ</u>	<u>Base CSLL</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.604	1.604	709	709
Provisão para perdas dos estoques	5.010	5.010	4.379	4.379
Provisão despesas	93.473	93.473	56.249	56.249
Lucro não realizado em operações de controladas	539.386	539.386	326.025	326.025
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.254	18.254	17.054	17.054
Arrendamentos Direito de Uso	45.500	45.500	28.966	28.966
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	<u>58.985</u>	<u>58.241</u>	<u>73.414</u>	<u>72.670</u>
Base de cálculo imposto diferido (*)	762.212	761.468	506.796	506.052
Imposto de renda diferido ativo		146.485		82.636
Contribuição social diferida ativa		<u>52.668</u>		<u>29.682</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (a)		<u>199.153</u>		<u>112.318</u>

(*) A diferença entre a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está relacionada com pagamentos de bônus aos diretores estatutários, sendo que essa despesa é indedutível na apuração do imposto de renda.

(a) De acordo com o parágrafo 11 do CPC 32 a Companhia calcula e reconhece o IRPJ e CSLL diferidos das operações consolidadas conforme as taxas aplicadas das apurações individuais das suas controladas e os demais itens pela taxa nominal de 34%.

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado
	Valor
Até 1 ano	34.739
De 1 a 2 anos	35.078
De 2 a 3 anos	34.395
De 3 a 5 anos	31.160
Acima de 5 anos	63.781
Total	<u>199.153</u>

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Receita bruta de vendas de mercadorias	2.738.038	2.182.343
Receita bruta de serviços prestados	8.384	7.029
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(243.255)	(204.549)
COFINS	(157.761)	(126.606)
PIS	(34.230)	(27.505)
FTI (*)	(20.519)	(17.017)
ISS	(419)	(391)
Devoluções de vendas/trocas	(446.503)	(346.917)
Total	<u><u>1.843.735</u></u>	<u><u>1.466.387</u></u>

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza, citado na nota explicativa nº 9 no montante de R\$198.657 em 31 de dezembro de 2022 (R\$131.464 em 31 de dezembro de 2021).

(*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação.

22. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo de aquisição de mercadorias e produtos para revenda	(508.270)	(434.154)
Pessoal	(52.529)	(32.119)
Depreciação e amortização	(5.603)	(3.232)
Energia, água e telefone	(1.576)	(1.469)
Fretes	(5.549)	(3.935)
	<u><u>(573.527)</u></u>	<u><u>(474.909)</u></u>

b) Despesas com vendas

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Pessoal	(284.720)	(224.883)
Fretes	(32.269)	(26.543)
Despesas de marketing/vendas	(107.093)	(76.269)
Serviços profissionais contratados	(15.073)	(8.570)
Aluguéis variáveis e condomínios	(60.985)	(45.967)
Descontos sobre arrendamentos	4.789	5.735
Depreciação e amortização	(67.609)	(44.806)

	<u>Consolidado</u> 31/12/2022	<u>Consolidado</u> 31/12/2021
Comissão sobre cartões	(44.988)	(33.230)
Energia, água e telefone	(7.022)	(5.527)
Outras despesas por natureza	(42.079)	(42.355)
	<u>(657.049)</u>	<u>(502.415)</u>

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(8.645)	(2.788)	(95.311)	(79.297)
Serviços profissionais contratados	(3.271)	(2.514)	(65.889)	(51.438)
Aluguéis e condomínios	-	-	(1.328)	(1.714)
Energia, água e telefone	-	-	(1.515)	(1.611)
Depreciação e amortização	-	-	(40.715)	(23.793)
Outras despesas por natureza	(1.086)	(7.796)	(31.128)	(27.186)
	<u>(13.002)</u>	<u>(13.098)</u>	<u>(235.886)</u>	<u>(185.039)</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Essa visão está baseada nos seguintes fatores:

- A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas digitais e as vendas no canal B2B.
- As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas:
 - Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção.
 - Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado joalheiro e de moda internacional e de canais de distribuição.
- As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas.

Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Receita bruta, menos devoluções	Consolidado	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Jóias	1.199.370	1.001.550
Life	746.051	547.192
Relógios	295.809	241.130
Acessórios	50.305	45.553
Serviços	8.384	7.029
Total	2.299.919	1.842.455
Lojas	1.929.243	1.517.127
Vendas digitais	355.087	307.148
Outros	7.205	11.152
Serviços	8.384	7.028
Total	2.299.919	1.842.455

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (a)	(8)	-	(6.579)	(9.704)
Perdas esperadas de crédito	-	-	(405)	281
Resultado de equivalência patrimonial	374.883	311.587	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(1.058)	(468)
Receita de venda de ativo imobilizado	-	-	101	-
Contratos de arrendamento baixados	-	-	2.689	-
Outras receitas	-	-	4.351	554
Total	374.825	311.587	(901)	(9.337)

a) Contingências conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

25. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicações financeiras	26	2	38.800	32.048
Correção monetária (a)	529	141	4.947	3.178
Varição cambial ativa	-	-	2.602	2.055
Outras receitas financeiras	1	-	232	321
Total	556	143	46.581	37.602

(a) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários e depósitos judiciais.

26. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(28.208)	(16.784)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	3.368	(8.793)
Encargos financeiros instrumentos derivativos	-	-	(8.252)	7.742
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	-	-	(44.599)	(35.690)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(5)	(1)	(111)	(499)
Tarifas bancárias	(6)	(2)	(628)	(809)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(1.488)	(112)	(4.736)	(5.514)
Varição cambial passiva	-	-	(6.570)	(6.331)
Outras despesas financeiras	(26)	(6)	(2.183)	(2.344)
Total	(1.525)	(121)	(91.919)	(69.112)

27. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	360.854	298.490
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(272)	-
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	235.926	236.198
Lucro por ação – básico (em R\$) (a/b)	1,52952	1,26373
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(272)	-
Média ponderada de número de ações outorgadas 1º plano	62	15
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	235.988	236.213
Lucro por ação – diluído (em R\$) (a/c)	1,52912	1,26365

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações, demonstrados na nota explicativa nº 28 - Pagamento Baseado em Ações.

28. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía 341 (293 em 31 de dezembro de 2021) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 51 (64 em 31 de dezembro de 2021) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica “Aluguéis e condomínios” demonstrada na nota explicativa nº 21, totalizam R\$17.139 (R\$15.407 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da Dlxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, os 290 contratos de locação (229 em 31 de dezembro de 2021), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 11,51% ao ano (11,55% ao ano em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os inputs mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CVM, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI x IPCA obtida no site da B3, data-base 31 de dezembro de 2022.

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto			
Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	Taxa média de inflação futura
5 anos	7	10,67%	6,27%
6 anos	9	11,05%	6,33%
7 anos	48	11,36%	6,36%
8 anos	17	11,55%	6,40%
9 anos	40	11,72%	6,36%
10 anos	169	11,88%	6,35%
Total	290		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	370.068	275.228
Adição de novos contratos	111.993	46.164
Remensuração	66.776	82.466
Baixas do exercício	(25.312)	(966)
Encargos financeiros apropriados	44.602	35.690
Descontos arrendamento (*)	(4.789)	(5.735)
Pagamentos de juros (*)	(42.815)	(32.984)
Pagamentos de principal (*)	(45.880)	(29.795)
Saldo no final do exercício	<u>474.643</u>	<u>370.068</u>
Passivo circulante	59.546	59.920
Passivo não circulante	415.097	310.148
Total	<u>474.643</u>	<u>370.068</u>

Conforme requeridos pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022:

<u>Maturidade dos contratos</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Vencimento das prestações:		
2022	-	101.689
2023	106.766	84.413
2024	105.854	82.845
2025	100.960	242.820
2026	88.240	-
2027 em diante	280.198	-
Total das parcelas não descontadas	<u>682.018</u>	<u>511.768</u>
Juros embutidos	(207.375)	(141.700)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	<u>474.643</u>	<u>370.068</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$63.087 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$43.904

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Saldo no início do período	462.183	320.442
Adição de novos contratos	111.993	46.164
Remensuração	66.776	82.466
Baixas do exercício	(36.499)	(1.098)
Custos diretos - pontos comerciais	18.507	14.210
Saldo no final do período	<u>622.960</u>	<u>462.183</u>
Despesa de amortização do período	(72.627)	(47.196)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	108	5	160.036	325.588
Contas a receber	-	-	663.797	531.777
Títulos e valores mobiliários			222.831	328.112
Contas a receber - partes relacionadas	59	62.645	-	-
Subtotal	167	62.650	1.046.664	1.185.477
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	-	-	-	1.158
Total ativos financeiros	167	62.650	1.046.664	1.186.635
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	-	104.951	88.207
Fornecedores – Convênio	-	-	40.247	69.349
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	2	58.183	2	58.183
Dividendos a pagar	85.704	12.782	85.704	12.782
Arrendamentos direito de uso a pagar	-	-	474.643	370.068
Empréstimos e financiamentos	-	-	225.156	291.213
Subtotal	85.706	70.955	930.703	889.802
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	-	-	2.486	-
Total passivos financeiros	85.706	70.965	933.189	889.802

b) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c) Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Consolidado			
	31/12/2022			
	Instituição Financeira	Valor da Dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	Banco Santander	50.886	(50.886)	-
Total de empréstimos e financiamentos		50.886	(50.886)	-
Fornecedores estrangeiros (*)	-	47.943	-	47.943
Total da exposição cambial		98.829	(50.886)	47.943
Cotação dólar balanço		5,2177	5,2177	5,2177
Total da exposição em dólares		18.941	(9.753)	9.189

(*) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

c.1) Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

A Companhia possui um contrato de empréstimo para o qual não foi contratado instrumento derivativo “swap” em virtude das taxas de juros pactuadas nessa operação.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxas	Consolidado		
		Valor de Referência (nocial)	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2022 mercado a mercado
Contratos de “swap”				
Posição ativa:				
Varição cambial - US\$	US\$ +2,3475% a.a.	48.400	48.400	-
Posição passiva:				
Varição do CDI	CDI + 1,2% a.a.	48.400	50.886	(2.486)
Valor líquido a pagar				(2.486)

O saldo passivo de R\$2.486 refere-se ao ajuste líquido a pagar, calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2022, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.

d) Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Total da exposição cambial em moeda nacional	47.943
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	9.189

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$47.943, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$5,2177.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,1223 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada de forma conservadora pela Administração, valorização de 5% do dólar norte americano. Para o cenário III foi projetada desvalorização do dólar norte-americano em 2% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 13 de janeiro de 2022.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nominal da exposição líquida (em moeda estrangeira)	9.189	9.189	9.189
Valor nominal da exposição líquida (em moeda local)	47.943	47.943	47.943
Valor projetado (em moeda local)	47.066	49.419	46.125
Impacto da variação cambial	(877)	1.476	(1.818)
Taxa do dólar norte-americano	5,1223	5,3784	5,0198

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas a variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos expostos ao CDI	227.643
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(149.733)
Aplicações em letras financeiras expostas ao CDI	(222.831)
Total da exposição ao CDI	<u>(144.921)</u>

A Administração considera o risco de grandes variações no CDI em 2023 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as receitas e despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 5% e redução de 8,4% da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2022 em 12,50%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 13 de janeiro de 2023.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	144.921	144.921	144.921
Valor projetado	144.921	145.910	143.259
Impacto da variação do CDI	-	989	(1.662)
Taxa do CDI	13,65%	14,33%	12,50%

e) Gestão de risco de crédito

As vendas são efetuadas para muitos clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado.

f) Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	104.961	-	-	-	104.961
Fornecedores convênio	40.247	-	-	-	40.247
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2	-	-	-	2
Dividendos a pagar	85.704	-	-	-	85.704
Empréstimos e financiamentos	142.869	93.564	-	-	236.433
Arrendamentos direito de uso a pagar	106.766	105.854	269.691	199.707	682.018

g) Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2022, todos os instrumentos financeiros derivativos estavam agrupados no Nível 2

30. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As Ações Outorgadas representam as operações de pagamentos com base em ações referente remuneração de empregados, executivos e Conselheiros da Companhia e suas controladas e são reconhecidas contabilmente de acordo com os termos do CPC 10(R1)/IFRS 2.

A Companhia mensura o custo das transações de remuneração com base em ações pelo valor da ação no fechamento do mercado na data da outorga. As ações outorgadas são reconhecidas como despesa no resultado da Companhia ao longo do tempo de carência, em contrapartida da rubrica de “Opções outorgadas” no Patrimônio Líquido.

As ações outorgadas aos participantes dos Planos possuem carência de até 36 meses. As condições para que as ações sejam disponibilizadas aos beneficiários incluem a permanência como colaborador da Companhia, atingimento de metas relacionadas aos indicadores de performance determinados para o período, entre eles ROIC (Return On Invested Capital) e TSR (Total Shareholder Return).

O efeito dilutivo das ações outorgadas em aberto é refletido como uma diluição adicional no cálculo do lucro diluído por ação conforme nota explicativa nº 26.

Planos de Remuneração

Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetivos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria.

a) Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga”);

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia e suas controladas.

Em 04 de outubro de 2021 foram outorgadas 62.145 ações, em seu limite superior global, referente ao 1º Programa de Outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações serão disponibilizadas aos participantes após 24 meses (período de carência), com lock-up adicional de 12 meses. O custo das outorgas desse plano foi fundamentado nos valores justos dos instrumentos patrimoniais na data da outorga e outras premissas aplicáveis ao modelo de mensuração.

O 2º Programa de Outorga de Ações por sua vez, prevê a outorga de ações aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência. O programa prevê limite individual de investimento de no máximo seis salários líquidos.

Em outubro de 2021 os participantes adquiriram com recursos próprios 16.205 ações. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas poderá variar entre 102.387 (limite inferior global) e 219.401 (limite superior global). As provisões contábeis foram calculadas considerando atingimento de 100% das metas equivalentes ao total de 146.267 ações.

Em maio de 2022 os Diretores estatutários participantes do 2º Plano de Outorga adquiriram com recursos próprios 42.727 ações. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas poderá variar entre 179.453 (limite inferior global) e 384.543 (limite superior global). As provisões contábeis foram calculadas considerando atingimento de 100% das metas equivalentes ao total de 256.362 ações. O custo das outorgas do 2º plano foi fundamentado nos valores justos dos instrumentos patrimoniais na data da outorga e outras premissas aplicáveis ao modelo de mensuração.

b) Plano de Investimento em Ações (“Plano Matching Shares”).

O Plano de Matching Shares prevê a outorga de Ações Matching aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência de 36 meses. São elegíveis para participar do Plano de Matching Shares os diretores, gerentes ou empregados da Companhia.

Em abril de 2022 para o Plano de Investimento em Ações os executivos da Companhia participantes adquiriram 29.086 ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas poderá variar entre 61.081 (limite inferior global) e 130.887 (limite superior global). As provisões contábeis foram calculadas considerando atingimento de 100% das metas equivalentes ao total de 87.258 ações. O custo das outorgas do Plano de Matching Shares foi fundamentado nos valores justos dos instrumentos patrimoniais na data da outorga e outras premissas aplicáveis ao modelo de mensuração.

A seguir é demonstrada a movimentação das ações outorgadas no período:

Valores em quantidade de ações	Consolidado			
	1º Plano de Outorga	2º Plano de Outorga	Plano de Matching Shares	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-
Outorga para Conselho de Administração	62.145	-	-	62.145
Outorga para Executivos	166.889	-	-	166.889
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>229.034</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>229.034</u>
Cancelamento de outorgas executivos	(20.622)	-	-	(20.622)
Outorga para Executivos	-	256.362	87.258	343.620
Saldos em 31 de dezembro 2022	<u>208.412</u>	<u>256.362</u>	<u>87.258</u>	<u>552.032</u>

As despesas relacionadas aos planos de Outorga e de Investimentos no montante de R\$4.764 (R\$474 em 31 de dezembro de 2021) estão alocadas na rubrica “Despesas com pessoal” conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

- Danos a propriedade - R\$238.072 (vigente até fevereiro de 2023).
- Cobertura para lucros cessantes - R\$334.000 (vigente até fevereiro de 2023).
- Cobertura para riscos diversos (estoques) - R\$582.148 (vigentes até fevereiro de 2023).
- Responsabilidade civil - R\$20.000 (vigentes até maio de 2023).
- Responsabilidade dos administradores D&O - R\$60.000 (vigente até setembro de 2023).
- Transporte internacional - USD70.000 (vigente até abril de 2023).
- Cobertura para riscos cibernéticos - R\$25.000 (vigentes até junho de 2023).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de março de 2023 restou publicada a sentença denegando a segurança nos autos do Mandado de Segurança de n.º 0012008-56.2014.4.01.3200, que trata da discussão quanto a Bitributação do IPI na revenda de produtos importados. Com esta decisão, a tutela recursal foi revogada e, diante disso, a Companhia retomará os recolhimentos mensais do IPI e efetuará o depósito judicial, no prazo de 30 dias da publicação da sentença, dos valores devidos cujos recolhimentos estavam suspensos. Os valores envolvidos estão provisionados e divulgados na nota explicativa n.º 14.



VIVARA
BALANÇO ANUAL

. 2022 .

Mensagem da Administração

Nos últimos dois anos, fortalecemos o nosso planejamento estratégico, para definir os melhores caminhos a seguir e nos estruturamos para transformar a história da Vivara e entregar o melhor ano da história. Se eu pudesse definir o ano de 2022 em uma frase, diria que esse foi o ano da colheita. Os projetos que implementamos nos dois últimos anos foram fundamentais para a melhoria de eficiência das nossas operações. O tripé de atuação da Vivara, que une operação de varejo, indústria e gestão de marca, foi o direcionador para a estruturação das iniciativas que trilhamos, para ampliar, ainda mais, nossa liderança de mercado.

Em 2022, atingimos 17,4% de *market share*, nos últimos dois anos, expandimos nossa liderança em 4,1 p.p. O faturamento expressivo de R\$ 2,3 bilhões, registrado nesse ano, veio acompanhado pela melhoria de rentabilidade bruta em todas as categorias e com alavancagem operacional, impulsionada pelas despesas gerais e administrativas. Vimos a nossa marca Life ganhar ainda mais robustez e se materializar como a segunda maior joalheria do país, com mais de R\$ 746,0 milhões de receita e 72 pontos de venda exclusivos, espalhados pelo país. O projeto de empoderamento da marca ganhou ainda mais força e estabeleceu a Life como o grande driver de crescimento para os próximos anos. Com o monitoramento constante de indicadores que vão desde a maturação das lojas, até a canibalização da categoria e, conseqüente, coexistência dos canais Life e Vivara, ganhamos ainda mais confiança para seguir com a expansão acelerada desse canal.

A expansão orgânica das marcas Life e Vivara foi um dos grandes destaques do período. Com foco em qualidade na execução, concretizamos o maior plano anual de expansão, com a adição de 53 novas lojas. Em 2023, vamos buscar ainda mais entendimento das jornadas dos nossos clientes e da nossa força de vendas para os dois canais, para identificar oportunidades e aprimoramento do nível de serviço.

A indústria ganhou ainda mais relevância na estratégia e alocação de capital. Em 2022, buscamos mapear todos os processos produtivos para direcionar o projeto da nova fábrica com foco em melhoria de eficiência e mais qualidade das

peças produzidas. A nossa indústria entregou mais de 3,7 milhões de peças, em 2022, incorporou novas tecnologias e agora se prepara para o futuro. Em 2023, a nova fábrica estará pronta para garantir mais capacidade instalada e ainda mais qualidade aos produtos desejados pelos nossos clientes.

Nossa marca segue como o nosso maior e mais importante ativo. Fomos responsáveis por 50% de todas as buscas por joias no Google e, pelo segundo ano consecutivo, fomos ranqueados pela Deloitte entre as 100 marcas de luxo mais poderosas do mundo e entre as 15 marcas que mais cresceram.

“ *Como líderes de mercado, entendemos o nosso papel de construir uma agenda de desenvolvimento sustentável e atuar de forma direta para discussões importantes no fortalecimento do setor.* ”

”

Em um ano em que o setor de joalheria busca caminhos para avançar na agenda de mineração responsável, a Vivara se posiciona como referência absoluta para o setor, defendendo e apoiando formas justas e éticas de mineração, entendendo que assim promove o desenvolvimento sustentável do país, com respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente. Todo o ouro de primeira extração utilizado na nossa produção vem de minas brasileiras da região de Goiás e Minas Gerais, fora de áreas indígenas, e com certificação LBMA - *London Bullion Market Association*, conhecido

Mensagem da Administração

como “Ouro Responsável” e adquirido da mineradora Anglo Gold Ashanti, que está entre as maiores produtoras de ouro do Brasil, com mais de 180 anos de mercado, garantindo que toda a extração e operação das minas seja feita de maneira correta e justa. Ainda, como líderes de mercado, entendemos o nosso papel de construir uma agenda de desenvolvimento sustentável e atuar de forma direta para discussões importantes no fortalecimento do setor. E com o objetivo de liderar pelo exemplo, nos tornamos, a primeira e a única joalheria brasileira a obter a certificação RJC - *Responsible Jewellery Council*, que chancela processos éticos e responsáveis na cadeia produtiva do setor de joias e relógios. Através de um criterioso processo de auditoria externa em todas as nossas operações, fomos assegurados, quanto a nossa diligência e responsabilidade social e ambiental, em nossa cadeia produtiva, desde a origem da matéria-prima, passando pelo processo produtivo, até a venda de nossas joias.

“*Fomos responsáveis por 50% de todas as buscas por joias no Google e, pelo segundo ano consecutivo, fomos ranqueados pela Deloitte entre as 100 marcas de luxo mais poderosas do mundo e entre as 15 marcas que mais cresceram.*”

Somos também membros da IRMA - *Initiative for Responsible Mining Assurance*, uma comunidade global que engaja mineradoras, indústrias, entidades setoriais, organizações não governamentais e sociedade civil em boas práticas

e na responsabilidade compartilhada na cadeia produtiva. Atualmente, cerca de 25% do ouro utilizado para a confecção das joias é proveniente de campanhas de economia circular (Semana Ouro), otimizando o rendimento de recursos e fazendo circular os produtos em desuso. A reutilização do ouro evita a emissão de 98% de CO2 se comparado à extração primária.

Acreditando também que as melhores pessoas, fazem o melhor lugar para se trabalhar, em 2022 a Vivara recebeu pela primeira vez a Certificação *Great Place to Work®*, que reconhece todas as organizações que fazem um excelente trabalho com seus colaboradores. O *Great Place to Work®* (GTPW) é uma consultoria global que apoia organizações a obter resultados melhores, por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.

Toda essa entrega fica ainda mais especial no ano em que a Vivara celebra 60 anos de história. A longevidade da marca é reflexo direto do equilíbrio entre tradição e inovação. Seguimos cuidando dos detalhes de cada joia e olhando para o cliente com atenção. Esses cuidados que permaneceram na essência da marca mesmo depois da expansão e do crescimento.

Seguimos com muitos desafios, mas como somos incansáveis em entregar mais e melhor, entramos em 2023 confiantes de que o melhor ano ainda está por vir. Meu muito obrigado aos que confiam no nosso trabalho, em especial, às pessoas, que ao meu lado, têm garantido a entrega consistente de resultados surpreendentes.



Paulo Kruglensky
CEO

Planejamento Estratégico 2023

Com foco nos quatro pilares estratégicos: Transformação digital, Produto & cliente, Crescimento & marca e Sustentação do negócio, o ano de 2022 foi marcado por diversos projetos e conquistas que ajudaram a impulsionar a Vivara a consolidar cada vez mais a liderança do mercado de joias no Brasil.

No pilar de **Sustentação do Negócio**, houve avanços em importantes frentes habilitadoras. Foi concluída em setembro, a migração da plataforma de e-commerce para a **VTEX**, trazendo novas funcionalidades e melhor desempenho para a venda digital. Em outubro, a Companhia migrou as atividades de backoffice para o **SAP S/4HANA**, com o objetivo de garantir mais agilidade nas rotinas administrativas, processos mais robustos e estáveis, transparência e controle para a operação. Em agosto, a mudança para a nova sede da Vivara garantiu a integração das estruturas físicas das áreas corporativas, logística, serviço de atendimento ao cliente e assistência técnica, além da integração do estoque de e-commerce com o centro de distribuição, trazendo mais **eficiência operacional**. A área de logística incrementou a pulverização das entregas, habilitando novos fornecedores, trazendo a possibilidade de rápida resposta para casos de paralizações e aumentando a oferta de alternativas para a gestão otimizada do frete.

Também houve projetos de grande relevância na fábrica, como a internalização de novos processos da produção, como malha de pulseiras, cravação em cera, corte a laser e produção em tubo oco, que trazem mais rentabilidade aos produtos e agilidade na recomposição de estoque. Outros ganhos de eficiência vieram com a implementação do processo de fundição direta. Ainda na fábrica, foi implantada uma estação de purificação de metais, reduzindo o volume de perdas com o melhor aproveitamento da matéria prima.

2022 também foi um ano em que a Companhia foi reconhecida pelo trabalho de engajamento que vem fazendo com seus colaboradores, sendo certificada pela primeira vez como uma das melhores empresas para se trabalhar, pelo **Great Place to Work®**.

Outro tema de grande priorização no Planejamento Estratégico 2022 foi a agenda ASG (Ambiental, Social e Governança), que também integra o pilar de Sustentação do Negócio, com objetivos a serem desdobrados nos próximos ciclos. A Companhia teve importantes avanços na ampliação da auditoria de fornecedores diretos, atingindo 100% de aderência e nota média de 96,5% de atendimento ao checklist de exigências, um aumento de 26,5% em comparação a 2020, quando iniciamos o programa. Além disso, a Vivara passou a aplicar a autoavaliação socioambiental nos fornecedores de relógios e embalagens.

Em julho, a Companhia concluiu o processo de auditoria para obtenção da Certificação do Responsible Jewellery Council (RJC), e em novembro se tornou a primeira joalheria brasileira a obter a certificação. Com duração de 3 anos, a certificação reflete a excelência e confiabilidade dos processos internos. Considerando aspectos de responsabilidade social, ambiental e



Planejamento Estratégico 2023

ética em todo negócio, o RJC é a principal autoridade em certificação de padrões na indústria global de relógios e joias, e trabalha com membros de todo mundo para criar uma cadeia de suprimentos sustentável. Esse reconhecimento reflete o compromisso da Vivara em permear as questões de Sustentabilidade nas decisões diárias, garantindo o envolvimento e compromisso de todos.

Outro forte direcionamento no Planejamento Estratégico de 2022, no pilar de **Crescimento & Marca**, a expansão orgânica de lojas físicas alcançou nível recorde, com a inauguração de 53 novos pontos de venda no ano, contemplando a também recorde abertura de 39 novas lojas Life. Ainda mirando Crescimento & Marca, o expressivo ganho de 1,4 p.p. do market share da Companhia nos últimos 12 meses,

atingindo o patamar de 17,4% em dezembro, refletindo, não apenas a forte estratégia de expansão física, mas também a correta gestão de portfólio e a estratégia de marketing.

Nesse cenário de evolução, a Vivara iniciou o ano de 2023, preparando a base para um novo ciclo da Companhia. Mantendo o direcionamento dentro dos quatro pilares e com objetivos de longo prazo, este será um ano de importantes avanços.

No pilar de **Sustentação do Negócio**, há o desenvolvimento da nova fábrica em Manaus, para implantação em 2023. Com um projeto focado em melhoria de qualidade, ganhos de eficiência e expansão da capacidade produtiva, o novo espaço terá uma área de aproximadamente 10 mil m² (mais que o dobro da atual fábrica), com capacidade para triplicar o volume de itens produzidos nos próximos 5 anos. No mesmo pilar, estão os objetivos relacionados à construção da identidade ASG do grupo Vivara no mercado brasileiro.

Com ações focadas na ampliação da fidelização e retenção de clientes, bem como na otimização contínua do portfólio, o pilar estratégico de **Produto & Cliente** direciona todas as iniciativas para entender melhor a jornada de compra de cada canal, e busca oportunidades na agenda de CRM e no aprimoramento do padrão de qualidade dos produtos de todas as marcas do grupo.



Planejamento Estratégico 2023

No pilar estratégico de **Crescimento & Marca**, as ações focadas em ampliação de *brand awareness* e de ampliação da liderança do grupo Vivara no mercado nacional seguem o direcionamento de forte expansão orgânica de lojas, crescimento de Receita e fortalecimento da marca Life no mercado brasileiro de joias e presenteáveis.

Fechando o ciclo do Planejamento Estratégico, o pilar de **Transformação Digital**, que direciona a Companhia para as transformações tecnológicas necessárias para estruturar a Vivara do futuro, tem foco em ações de omnicanalidade e experiência de compra, automatização de processos internos, incremento de projetos de arquiteturas de dados, implementação da segunda onda do SAP S/4Hana e incentivo e promoção da cultura de inovação na Companhia.

Com todas as engrenagens girando e com objetivos claros, a Companhia inicia mais um ano bem posicionada para focar no futuro, garantindo um caminho pavimentado para o seu desenvolvimento e crescimento orgânico.

Nossos
pilares
estratégicos



Nossa
Aspiração
2023

“
Aprimorar o relacionamento com nossos clientes, o desenvolvimento e capacitação dos nossos talentos para suportar o aumento de nossa capacidade produtiva com qualidade e a expansão acelerada dos canais.
”

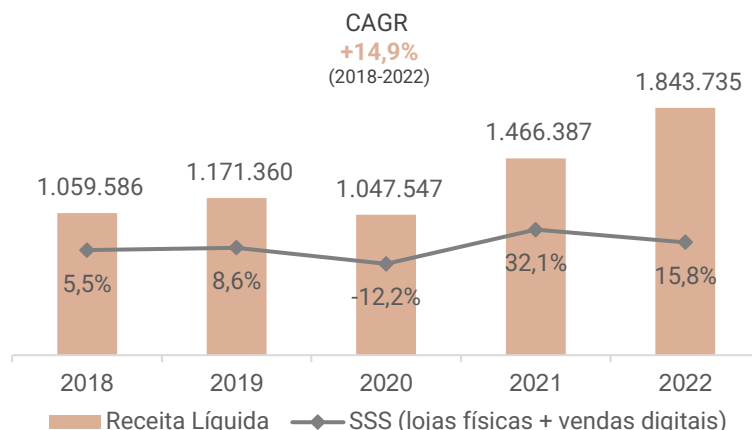
Comentário de Desempenho Financeiro

RECEITA

Em 2022, a Receita Líquida da Companhia cresceu 25,7%, em relação ao ano anterior.

O destaque do ano foi o crescimento de 36,3% da Receita da categoria Life, que atingiu R\$ 746,1 milhões. Em 2022, o faturamento da categoria Life chegou a 32,4% da receita total da Companhia, + 2,7 p.p. na comparação com o ano anterior.

A Receita da categoria de Joias registrou 19,8% de crescimento em relação a 2021, atingindo R\$ 1,2 bilhão, reflexo do trabalho de ampliação de sortimento para essa categoria.



O faturamento das lojas físicas foi 31,1% maior que o registrado em 2021. Esse desempenho é explicado (i) pelo crescimento de vendas mesmas lojas (SSS de lojas físicas) que atingiu 20,9%; e (ii) pelo aumento de 18,3% de área de vendas, com a adição recorde de 53 novas lojas, das marcas Life e Vivara. A Companhia encerrou o ano com 336 operações, sendo 243 lojas Vivara, 72 lojas Life e 21 quiosques.

As lojas exclusivas da marca Life registraram R\$ 212,3 milhões de receita, representando 10,7% das vendas de lojas físicas e 9,2% das vendas totais. A curva de maturação acelerada e os baixos níveis de canibalização registrados de forma consistente pelas lojas inauguradas, ao longo dos meses são os balizadores da decisão de manter o ritmo acelerado de expansão desse canal.

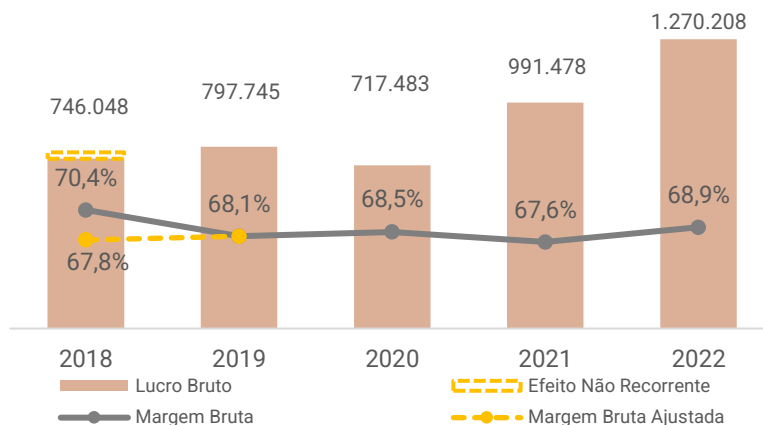
As Vendas Digitais registraram 13,3% de participação na Receita da Companhia, atingindo R\$ 306,1 milhões, -4,4% de retração na comparação com ano passado. Esse resultado é reflexo, principalmente, do aumento do fluxo nos shoppings e retomada do protagonismo das lojas físicas na jornada do cliente e da estratégia de marketing da Companhia que, em 2022, buscou mais foco em branding e menor participação em campanhas promocionais.

O Same Store Sales (SSS Lojas físicas + vendas digitais) total no período foi de 15,8%.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O Lucro Bruto de 2022 totalizou R\$ 1.270,2 milhões, aumento de 28,1% em relação ao ano anterior, com expansão de 1,3 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,9%.

A Margem Bruta do ano atingiu 68,9%, refletindo a maior participação da categoria Life nas vendas da Companhia e a correta política de precificação, que em conjunto foram mais que suficientes para neutralizar o efeito do aumento de despesas da fábrica no período.



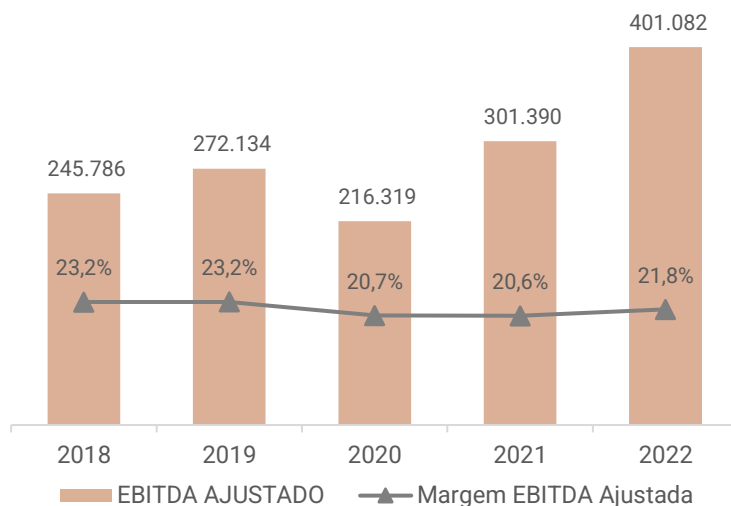
DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais	2022	2021	Δ % 22vs21
Despesas Operacionais (SG&A)	(784.611)	(618.855)	26,8%
% Receita Líquida	-42,6%	-42,2%	(0,4 p.p.)
Despesas com Vendas	(589.440)	(457.609)	28,8%
% Receita Líquida	-32,0%	-31,2%	(0,8 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(195.171)	(161.246)	21,0%
% Receita Líquida	-10,6%	-11,0%	0,4 p.p.
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(2.106)	(9.338)	77,4%
Total de Despesas	(786.718)	(628.194)	-25,2%

- Em 2022, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas – ex. Depreciação) cresceram 26,8%, atingindo R\$ 784,6 milhões, o equivalente a 42,6% da Receita Líquida do período. O destaque positivo foi as Despesas Gerais e Administrativas que apresentaram alavancagem operacional, neutralizando parte da pressão incorrida pela aceleração da expansão.
- As Despesas com Vendas aumentaram 28,8%, uma pressão de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior, impactadas, principalmente, (i) pelo aumento das despesas de pessoal e aluguel em razão da aceleração do plano de expansão, com a adição de 53 novas lojas no ano, além de um volume expressivo de 28,3% do parque ainda em maturação, e o consequente impacto das despesas fixas; (ii) pelo reajuste das operadoras de cartão de crédito, após 2 anos de congelamento de preços; e (iii) pelo aumento das despesas de marketing em virtude da expansão e empoderamento da marca Life, bem como pela campanha de 60 anos da Companhia.
- As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 21,0%, o equivalente a 10,6% da Receita Líquida do ano. A alavancagem operacional de 0.4 p.p. reflete a estrutura administrativa normalizada da Companhia desde a abertura de capital em outubro de 2019. A diluição registrada é uma importante sinalização de tendência a ser observada para os próximos anos.

EBITDA AJUSTADO

- Em 2022, a Companhia registrou R\$ 401,1 milhões de EBITDA Ajustado, com Margem EBITDA Ajustada de 21,8%. O crescimento de 33,1% reflete o bom ritmo de vendas, a correta composição de estoque em todas as categorias e o rígido controle orçamentário.
- O impacto das Despesa com Vendas foi mais que neutralizado pela expansão de 1,3 p.p. de Margem Bruta e pela alavancagem operacional vinda das Despesas Gerais e Administrativas.



¹ EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado e, para melhor comparabilidade, exclui-se também o efeito da adoção do CPC06/IFRS16, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, os ajustes geram o EBITDA Ajustado

RESULTADO FINANCEIRO

- ♦ O Resultado Financeiro líquido do ano de 2022 foi de -R\$ 45,3 milhões, principalmente, pelo aumento das despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, em razão da variação da taxa de juros referência nos últimos 12 meses.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

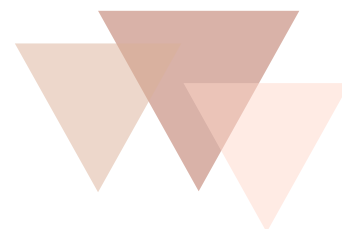
- ♦ Imposto de Renda e Contribuição Social do ano foi positivo em R\$ 29,8 milhões, comparativamente a R\$ 35,3 milhões em 2021.

LUCRO LÍQUIDO

Reconciliação do Lucro Líquido (R\$ mil)	2022	2021	Δ % 22vs21
Lucro Líquido	360.854	298.490	20,9%
Margem Líquida (%)	19,6%	20,4%	(0,8 p.p.)
Efeito one-off (IR/CSLL)	-	(11.378)	na
Lucro Líquido Recorrente	360.854	287.112	25,7%
Margem Líquida Recorrente (%)	19,6%	19,6%	(0,0 p.p.)

Lucro Líquido Recorrente é uma medida não contábil e não faz parte do escopo da auditoria. A medida foi utilizada pela Companhia para melhor comparabilidade dos períodos analisados. Para tal medição, a Companhia excluiu o efeito não recorrente, referente ao (i) reconhecimento dos créditos de IRPJ e CSLL sobre a inconstitucionalidade da tributação da correção Selic sobre indêbitos tributários de R\$ 18,9 milhões no ano de 2021; e (ii) pela baixa de créditos de PIS/COFINS, no montante de R\$ 7,5 milhões apresentada nas linhas de Outras Despesas (Receitas) Operacionais do ano de 2021.

- ♦ Assim, a Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 360,1 milhões em 2022, aumento de 20,9% em relação ao ano anterior e Margem Líquida de 19,6%. A combinação de controle rigoroso de despesas e a eficiência na gestão de custos foram fundamentais para o resultado do período.



Governança Corporativa

- ❖ A Vivara tem suas ações, negociadas sob o código VIVA3, listadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, o mais alto nível de governança corporativa da bolsa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 5 membros, sendo 80% independentes. A definição da composição do Conselho levou em consideração a diversidade de experiências e complementariedade de qualificações, para que o órgão contemple as competências necessárias para execução do plano estratégico desenhado para os próximos anos.
- ❖ A Companhia possui também 2 comitês de apoio e monitoramento – Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, com a função principal de propiciar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de suportar a administração na execução da estratégia.
- ❖ Partindo dos direcionadores do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, a condução das rotinas e implementações são conduzidas pela Diretoria Estatutária, atualmente com cinco membros, as quais possuem o apoio para a tomada de decisão de diretorias não estatutárias
- ❖ A Companhia conta também com uma área de Compliance, garantindo a conformidade da empresa à legislação e normas de órgãos regulamentadores. A área também tem dado alta relevância para os temas de LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que busca assegurar a privacidade e segurança de dados pessoais, aplicando as melhores práticas relacionadas ao tema.
- ❖ Valorizando a diversidade de gênero, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 40% de mulheres. Com esse plano de fundo, a Vivara aderiu, em 2021, ao Women on Board (WOB), iniciativa realizada com o apoio da ONU Mulheres Brasil, que visa reconhecer ambientes corporativos diversos, onde a presença de mulheres em Conselhos de Administração ou Consultivos é valorizada. Ainda no tema, a Companhia ocupou em 2023, pelo segundo ano consecutivo, o primeiro lugar no ranking de diversidade de gênero do Índice Teva Mulheres na Liderança®, primeiro índice do Brasil que seleciona as empresas com maior representatividade de mulheres na governança, gerido pelo Banco Safra. Este marco dá sequência à conquista de 2022, ano de estreia da Vivara no ranking, também ocupando o primeiro lugar. Hoje, além da representatividade feminina já mencionada no Conselho de Administração da Companhia, 87% do total da força de trabalho vem das mulheres, sendo também 50% dos cargos da diretoria ocupados por mulheres. Esse é um grande indicador da capacidade de inclusão, capacitação e empoderamento de mais mulheres no negócio, a fim de fazer a diferença na sociedade, colaborando positivamente para que as estatísticas de equidade de gênero em âmbito organizacional continuem progredindo.



Pessoas

- A Vivara tem como propósito “Tornar cada história única e especial” e isso inclui as histórias das pessoas que nos ajudam, diariamente, a construir nossa trajetória de sucesso. No último ano, celebramos 60 anos de história e todo esse legado foi construído ao lado de brilhantes profissionais, de gente que tem sentimento de dono, de gente engajada com o nosso propósito e apaixonada pelo nosso negócio.
- Acreditamos que gestores preparados é um dos fatores fundamentais para mobilizar e garantir a perpetuidade do nosso negócio, pensando nisso, fortalecemos o nosso Programa de Desenvolvimento da Liderança com a participação de um parceiro externo que abordou os temas de Liderança Contemporânea, Feedback e Conversas Corajosas, Transformação Ágil e Scrum.
- Quando olhamos para o desenvolvimento dos times, em nosso Ciclo de Carreira anual, 70% de nossos profissionais foram avaliados. Para os colaboradores que não possuem cargo de liderança o processo é composto por autoavaliação, avaliação de superior imediato, feedback e plano de desenvolvimento individual (PDI). Para os líderes, o processo contempla as etapas de: autoavaliação, avaliação de superior imediato, subordinados e pares; resultados de metas do ano anterior, reunião de gente momento em que os líderes discutem sobre os membros de suas equipes em relação aos resultados da avaliação; feedback e PDI.
- A Convenção Nacional de Vendas, o evento mais esperado do ano, foi um verdadeiro festival de motivação e conexão entre pessoas. Na edição de 2022, que recebeu o nome de “Vivara 60 anos – Conectando Histórias”, recebemos presencialmente mais de 350 lideranças de loja e escritório, em dois dias de evento, para celebrar nossos 60 anos, comemorar os resultados que entregamos até aquele momento e nos preparar para as vendas de fim de ano.
- Nossos treinamentos não pararam e foram realizados de forma virtual e dinâmica, por meio de Webinars e lives. Tivemos mais 4.000 usuários ativos em nossa plataforma de treinamentos, com volume de treinamento de mais de 130 mil certificações.

Nossos Colaboradores

Perfil por Gênero

Mulheres

Homens



87%



13%

82%

dos cargos de gestão, são ocupados por mulheres

Faixa Etária

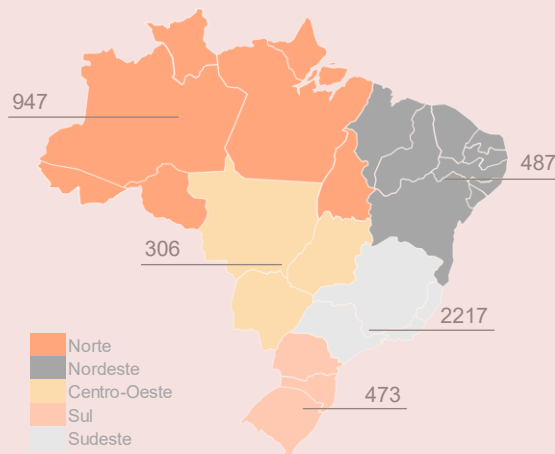
5,22%

45,72%

49,60%

Até 30 31 a 50 Mais de 50

Por região



Pessoas

- Geramos empregos e oportunidades! Para as mais de 50 lojas e aumentos de quadro que tivemos durante o ano, contratamos mais de 480 colaboradores para nos ajudar a tornar cada história única e especial todos os dias. Além disso, na Vivara, as pessoas se desenvolvem e fazem carreira. Só no último ano, tivemos mais de 300 méritos e promoções, além de mais de 300 pessoas homenageadas por tempo de casa.
- Em 2022, demos diversos passos para fortalecer a nossa Jornada de Diversidade aqui na Vivara. Hoje, somos mais de 4.500 pessoas espalhadas em nossas lojas, escritórios e na fábrica. Somos diversos, temos o orgulho de ter o DNA brasileiro representado em todas as regiões do Brasil com muita pluralidade. Acreditamos no empoderamento da mulher como uma das nossas fortalezas, por isso, a Vivara é predominantemente feminina. Possuímos mais de 87% do quadro de colaboradores formado por mulheres, que também são maioria em praticamente todas as nossas unidades de negócio. Nos recortes de etnia, também possuímos um time plural. Mais de 50% são negras. Para potencializar essa jornada, durante o ano, realizamos diversos encontros e treinamentos sobre o tema, compartilhamos campanhas de sensibilização sobre etnia/ raça, gênero, orientação sexual, crenças e outras frentes lançamos nossa política de diversidade e criamos um grupo de afinidades com pessoas representantes da diversidade na companhia. Sabemos que ainda temos muito para evoluir, mas queremos valorizar - cada vez mais - toda essa diversidade e promover a inclusão para construir um lugar em que todas as pessoas se sintam bem-vindas.
- Para coroar o ano de comemoração dos nossos 60 anos, recebemos a Certificação Great Place to Work®, que reconhece todas as organizações que fazem um excelente trabalho com seus colaboradores. O Great Place to Work® (GPTW) é uma consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação. Acreditamos que as melhores pessoas fazem o melhor lugar para se trabalhar. Estamos orgulhosos e muito honrados em dizer que a certificação veio em nossa primeira aplicação da pesquisa em parceria com o GPTW®, fruto do criterioso e dedicado trabalho de nossos colaboradores e colaboradoras que, diariamente, constroem o clima da Vivara com sentimento de dono, confiança e comprometimento.

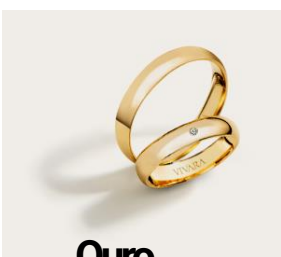


Agenda ASG

- Em 2019 a área de Sustentabilidade foi criada, com o desafio de estruturar a visão da Companhia de futuro em Sustentabilidade. No ano seguinte, 2020, mesmo com todos os desafios que esse ano trouxe para o negócio, a Companhia estreitou ainda mais seu olhar para os temas que pudessem gerar mais impacto social e ambiental, definindo sua agenda com base na responsabilidade de matérias primas e produção, empoderamento da mulher e diversidade, que se intensifica em 2021, com grandes ações como a auditoria de 100% dos fornecedores diretos, inclusão da agenda ASG no Planejamento Estratégico da Companhia, criação da comissão de sustentabilidade e *squads* de trabalho focados em temas específicos, conclusão do primeiro inventário de gases de efeito estufa, conquista do selo *Women on Board*, entre outras.
- Em 2022, os trabalhos estruturantes e de pavimentação feito nos últimos anos começaram a render frutos para a Companhia. Em julho, foi concluído o processo de auditoria para obtenção da Certificação do Responsible Jewellery Council (RJC), e em novembro a Vivara se tornou a primeira joalheria brasileira a obter a certificação. Com duração de 3 anos, a certificação reflete a excelência e confiabilidade dos processos internos. Considerando aspectos de responsabilidade social, ambiental e ética em todo negócio, o RJC é a principal autoridade em certificação de padrões na indústria global de relógios e joias, e trabalha com membros de todo mundo para criar uma cadeia de suprimentos sustentável. Esse reconhecimento reflete o compromisso da Vivara em permear as questões de Sustentabilidade nas decisões diárias, garantindo o envolvimento e compromisso de todos, resultando nessa importante conquista. Outro marco importante foi a inauguração da loja de nº 300, sendo a primeira loja da Companhia com certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), projeto que busca incentivar e acelerar a adoção de práticas de construção sustentável. Este sistema de avaliação promove uma abordagem ao edifício por inteiro, desde a concepção do projeto até a construção final e a manutenção dele. Para isso, leva em consideração questões de implantação, uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais, qualidade ambiental interna, estratégias inovadoras e questões de prioridade regional.

CADEIA PRODUTIVA

- Na Vivara é dada atenção especial aos critérios de rastreabilidade e transparência na cadeia de fornecimento da matéria-prima. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia atingiu 100% de aderência dos fornecedores diretos à auditoria e com nota média de 96,5% de atendimento ao checklist de conformidade. Essa ação reforça o compromisso da Vivara com o uso responsável de recursos naturais e minimização de impactos ambientais.



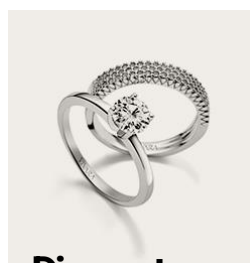
Ouro

Fornecedor com certificação LBMA (London Bullion Market Assurance), garantindo que toda a extração e operação da mina sejam feitas de maneira correta e justa para as pessoas e o meio ambiente.



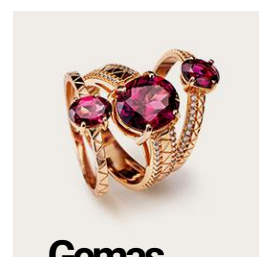
Prata

Fornecedor certificado pelo RJC (Responsible Jewellery Council), assegurando a ética e a responsabilidade socioambiental desde sua extração.



Diamante

Todos os diamantes são extraídos de minas conhecidas e de garimpo legal em países fora de zonas de conflito, através do Processo Kimberley.



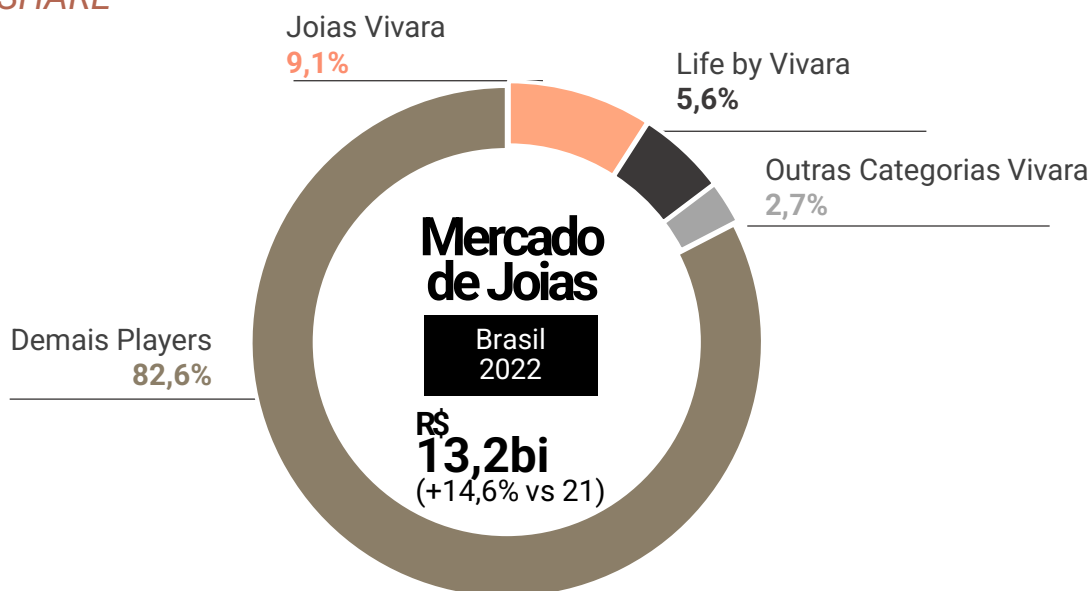
Gemas coradas

Atendimento do nosso rígido Código de Conduta e Política de Fornecimento e criação de protocolos que possam garantir a rastreabilidade desses materiais.

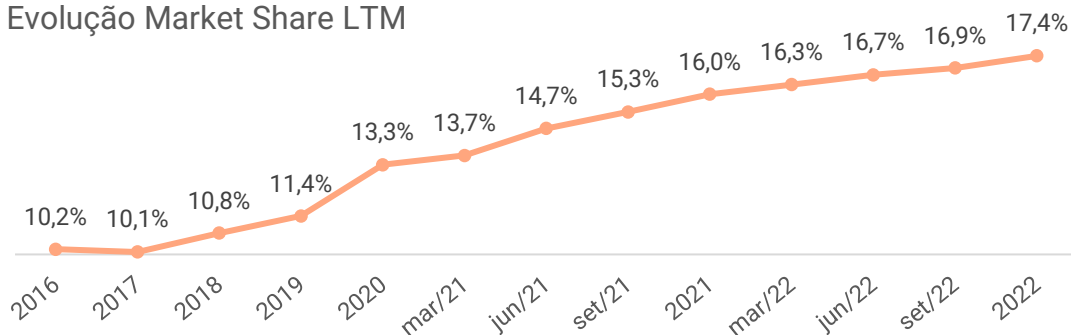
Perspectivas

- 2023 – A Companhia inicia o ano com boas perspectivas e otimista com os projetos a serem entregues. Consciente dos desafios do cenário macroeconômico no Brasil e no mundo, ainda enxerga relevante oportunidade de crescimento, principalmente na frente de expansão de lojas físicas de Life. A fábrica, localizada na Zona Franca de Manaus, inicia em 2023 um importante movimento para o crescimento da Companhia, mudando de local pela primeira vez desde a sua abertura, em 1992. O novo local terá mais que o dobro de tamanho do local atual, contará com uma estrutura mais sustentável e forte incremento na capacidade produtiva, garantindo que o plano de expansão de longo prazo da Companhia seja devidamente abastecido.
- Expansão – Após a conclusão do maior plano anual de expansão da história da Companhia, a expectativa é que esse ritmo siga acelerado em 2023, ainda com foco na expansão de lojas Life dada a atratividade da oportunidade e bom desempenho das aberturas que vêm sendo acompanhadas.
- Market Share - A Companhia encerra 2022 com expansão de 1,4 p.p. de market share comparado à 2021, atingindo 17,4%* de participação no mercado brasileiro de joias. Esse resultado é reflexo da forte expansão das lojas físicas, e também da assertividade em lançamentos de coleções e produtos com eficiente gestão de mix e preço. Para 2023, a Companhia segue confiante na manutenção e expansão da sua posição de liderança no mercado, fortalecendo cada vez mais seus projetos estruturantes e de crescimento.

MARKET SHARE



Evolução Market Share LTM



*Fonte: Mercado Euromonitor, ICVA e Companhia. Considera a receita total da Vivara, não excluindo as categorias de relógio e acessórios.



VIVARA
60
A N O S

60 anos celebrando todas as formas de amor



VIVARA
60
A N O S

60 anos celebrando todas as formas de amor